Representação ficcional da história de Moçambique no conto "Os mastros do Paralém" de Mia Couto

Paula Pessoa Pinheiro[1], Evandro Gonçalves Leite[2]

[1]Aluna do curso técnico integrado de nível médio em informática- IFRN. Bolsista do PIBIC-IFRN. e-mail: paula.ppsk@gmail.com
[2]Professor de Língua Portuguesa e Literatura do IFRN. Mestre em Linguística pela UFPB. e-mail: evandro.leite@ifrn.edu.br

Resumo: O tema principal desse artigo são as questões sociais que permeiam o conto "Os mastros do Paralém", do livro "Cada homem é uma raça", do autor Mia Couto. O objetivo geral do trabalho é compreender neste conto como o autor retrata ficcionalmente questões históricas em Moçambique durante o período (pós-)colonial. Os autores utilizados para a fundamentação teórica foram: Hernandez (2008), que mostra um breve contexto histórico de Moçambique, focando principalmente no período da independência desse país africano; e Benito (2008), Bidinoto (2004) e Miranda (2009), que apontam a estreita relação entre a história e a literatura moçambicana. No conto, são relatados episódios que representam a luta do povo moçambicano pela sua independência. Percebemos vários sentimentos vividos pelas personagens que representam simbolicamente o povo daquele país, como: a dor, o pesadelo, a injustiça, a miséria e a escravidão advindas das mazelas da colonização portuguesa. Além disso, o autor utiliza vários símbolos (como o mulato, a bandeira, o colono, o fogo e o sol) para representar ficcionalmente o contexto sócio-histórico das lutas pela independência de Moçambique. Ao analisar o conto, percebemos que o autor Mia Couto produz uma literatura engajada, ao abordar aspectos da realidade daquele país, como forma de fazer conhecer a identidade e a história do seu povo.

Palavras–chave: Conto, história, Mia Couto, Moçambique, **"**Os mastros do Paralém"

1. INTRODUÇÃO

É muito comum na literatura de modo geral, e particularmente na africana, o entrelaçamento entre questões estéticas e históricas, inclusive porque, no caso desta, muitas vezes esteve relacionada com as lutas contra o domínio colonial e/ou pela (re)construção das identidades nacionais. O livro de contos *Cada homem é uma raça*, do moçambicano Mia Couto, também apresenta esses contornos. Assim, o objetivo geral desse estudo é compreender, no conto "Os mastros do Paralém", do referido livro, como o autor retrata ficcionalmente questões históricas em Moçambique na época (pós-)colonial. Tal trabalho é fruto de uma pesquisa ainda em andamento, intitulada "Literatura e história em contos de *Cada homem é uma raça* de Mia Couto" e busca relacionar o processo histórico de Moçambique com a já citada obra, estabelecendo assim uma relação entre história e literatura.

Para o desenvolvimento deste trabalho, recorremos a autores como: Benito (2008), Bidinoto (2004) e Miranda (2009), que mostram a estreita relação entre a literatura e a história moçambicana; e Hernandez (2008), que descreve e explica o contexto histórico de Moçambique no período antes da independência.

O artigo estrutura-se da seguinte forma: primeiramente, temos a fundamentação teórica, que aborda a estreita relação existente entre a literatura e a história de Moçambique e informações sobre o contexto histórico do período (pós-)colonial africano, mais especificamente, moçambicano; posteriormente, a análise e discussão dos resultados, em que procedemos à interpretação do conto "Os mastros do Paralém", do livro *Cada homem é uma*

ISBN 978-85-62830-10-5
VII CONNEPI©2012

raça, de Mia Couto, explicando e relacionando o significado dos elementos narrativos presentes na obra com a história da independência de Moçambique; por fim, temos a conclusão, na qual retomamos os principais pontos do trabalho.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. História e Literatura em Moçambique

Abordando especificamente a história de Moçambique, podemos dizer que é estreita a relação que a mesma faz com a literatura produzida naquele lugar. Na narrativa atual desse país africano, existe uma interdependência entre história e literatura, cuja conexão é inevitável devido à historicidade que permeia o fenômeno literário.

> Literatura e História caracterizam-se pela narratividade e fundamentam-se na interpretação, pois, quer o texto histórico, quer o literário, são sempre o resultado de leituras da realidade, e são sempre marcados pela seleção que o historiador ou romancista realizam ao recuperarem os fatos da realidade. (BENITO, 2008, p.232)

A partir dessas palavras da autora, é possível entender que a história e a estória fazem parte da realidade, mas de uma realidade que pode ser interpretada de diferentes formas por cada autor, mediante a seleção que faz ao recuperar e mimetizar o real. Sendo assim, não devemos tratar os fatos da história e da literatura como verdades absolutas, e sim como percepções da realidade cuja diferenciação não está na obra em si, mas na função que os leitores atribuem a cada um dos discursos.

Tratando-se da literatura africana em geral e, particularmente, da narrativa moçambicana, torna-se mais difícil a diferença entre o discurso histórico e o discurso literário, devido a alguns fatores citados por Benito (2008): os autores da época estavam engajados na construção nacional; exerciam um trabalho mantendo um compromisso com a identidade e a cultura do povo; a memória popular servia de inspiração para os escritores, que buscavam com suas obras conscientizar e educar as pessoas a partir dos elementos de sua própria história; e a grande valorização da estória para veicular a história, pois os autores eram "conscientes de que as 'estórias' chegam às pessoas, e de que sua aceitabilidade e credibilidade é maior do que a de um livro de História." (BENITO, 2008, p. 237).

Notamos, então, não apenas uma função estética na literatura produzida pelos autores moçambicanos, mas também uma função social, muitas vezes servindo como instrumento de denúncia das mazelas existentes e como ferramenta básica no processo de educação dos povos nativos. Segundo Miranda (2009, p. 55):

> As literaturas de Angola e Moçambique carregam desde o período colonial os tons da realidade desses países, as esperanças de seus povos, as angustias advindas dos conflitos de colonizador contra colonizado, de negro contra negro, buscam retratar a vida das tribos, as raízes de suas culturas ancestrais. Buscam mais ainda: retratar o novo rosto de seus povos. Rosto este construído em entrelaçamentos de negros com negros, negros com indianos, negros do norte da África comnegros da África subsaariana, europeus e negros e de todos estes entre si. Tais literaturas procuram ainda, como uma espécie de

> compromisso ou missão, espelhar o político, sem escamoteá-lo, trabalhar o estético, sem separá-lo das questões mundanas [...].

Concluindo essas considerações, ainda com base nas palavras de Miranda (2009), é possível o entendimento de que as obras literárias desses países, principalmente as de Moçambique, refletem acerca das questões fundamentais do povo africano, como a denúncia ao sistema colonial, a fé e a esperança na construção do socialismo, a crença de que o caminho escolhido levaria à utopia desejada, dentre outras. O tom crítico e utópico foi marca das literaturas do período das lutas anticoloniais, período esse que irá ter seu ápice com a independência de muitos países africanos, entre eles Moçambique.

2.2. Breve panorama da história de Moçambique

O foco desse estudo recai apenas na colonização africana, mais especificadamente em Moçambique, território que recebeu a visita portuguesa por volta de 1497 a 1499, na primeira viagem de Vasco da Gama à Índia. Além desse, outros países africanos também tiveram colonização portuguesa, como Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde. Na forma portuguesa de colonizar o continente africano, percebemos que é pregada uma superioridade da "raça branca" sobre a "raça negra" – os chamados "indígenas" –, o que caracteriza uma discriminação racial. Ademais, os colonizadores detinham um autoritarismo inquestionável na época e queriam, a todo custo, impor a esses novos povos sua cultura e seus hábitos, para transformar os "indígenas" em "assimilados", configurando-se numa violência cultural. A opressão portuguesa foi brutal, e o "principal objetivo de todas essas ações era fazer que todos os povos do império se tornassem igualmente portugueses." (HERNANDEZ, 2008, p.505).

O método mais eficaz para a "evolução" dos indígenas, do ponto de vista português, era o ato de trabalhar. Sendo assim, a salvação do povo africano se daria por meio da prática do trabalho e, muitas vezes, do trabalho forçado e/ou escravo.

> Referia-se a todos os "indígenas", conforme o princípio praticamente consensual entre as elites, como aqueles que deveriam ser civilizados pelo governo, por meio do hábito do trabalho, considerado uma "obrigação moral e legal". Também destacava a necessidade de manter o trabalho como obrigatório, com o fim de prover o sustento e melhorar a condição social do "indígena". Ao mesmo tempo, delegava aos patrões o direito de prender e de castigar os "serviçais". (HERNANDEZ, 2008, p.515)

Foi a partir da insatisfação popular africana que vários movimentos de independência começaram a surgir, e cada novo território que se tornava livre despertava no outro um sentimento de esperança de que ele também o pudesse ser.

Em Moçambique, os portugueses chegaram e pouco a pouco foram substituindo os árabes no controle do comércio de minerais como ouro, ferro e cobre, tudo isso visando ao objetivo maior de controlar não apenas o comércio, mas também todo o processo produtivo, de modo que foram avançando para o interior do território. De início foi uma relação pacífica e amigável entre portugueses e moçambicanos, pois eles ainda não conheciam a verdadeira intenção daquele povo ali na sua terra. Com Portugal dominando o comércio e os processos de produção e escoamento das riquezas minerais moçambicanas, só restou aos nativos trabalhar para o colonizador que não os respeitava como trabalhadores e ainda os transformou

em escravos. Esse processo deu origem ao comércio escravista, que seria mais uma fonte de renda lucrativa para os brancos. As condições de vida, na época, já eram bem precárias, e com a seca a situação só piorou.

> Na primeira metade do século XIX os povos de Moçambique enfrentaram uma grave seca que causou fome, epidemias e grande número de mortos; a invasão de povos do interior do continente [...]; e o aumento do tráfico internacional de escravos. Esses três fatores provocaram graves consequências sociais e políticas, redesenhando o espaço geopolítico de Moçambique. Também levaram ao fechamento das feiras de ouro e a um aumento do comércio de escravos, em particular, desde 1815, para Brasil, Cuba e Estados Unidos. (HERNANDEZ, 2008, p. 586).

Portugal ocupou efetivamente o território de Moçambique, através da conquista militar, por volta de 1920 e assumiu o controle de maior parte dele. O poder administrativo-jurídico agora se deslocava para a autoridade portuguesa, "que passava a responder pelo recrutamento e pela distribuição da mão-de-obra, além de julgar e punir os que não trabalhassem pelo não-cumprimento 'moral e legal' de manter a sua subsistência e melhorar a sua condição social." (HENANDEZ, 2008, p. 595).

Foram anos de muita inquietação e perseguição aos autóctones por parte do governo português. E foram das organizações das igrejas, principalmente das protestantes, que surgiram os primeiros ideias e idealizadores de uma futura independência daquele povo do domínio de Portugal. "A possibilidade de se autogovernarem tronava essas Igrejas atraentes para os trabalhadores rurais e urbanos em busca de 'dignidade racial' e cultural." (HERNANDEZ, 2008, p.600). A partir disso, é possível "dizer que a religião sustentou e equilibrou a organização social, assim como foi um dos componentes da ordem ideológica mais ampla" (HERNANDEZ, 2008, p. 602) que incentivou e encorajou um movimento de independência de Moçambique.

Dotadas já de certo sentimento de entusiasmo e prevendo uma melhora nas condições de vida dos moçambicanos, pessoas se uniram e formaram a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) em 1962. Segundo Hernandez (2008, p. 606):

> Quanto à Frelimo, mesmo com a violência do governo português, desenvolveu operações militares e depois de libertar territórios passou a implementar o programa de reconstrução, formado por atividades econômicas, de saúde e de ensino. Além disso, a produção de culturas antes obrigatórias como as do sisal e do algodão foram extintas e as terras liberadas, redistribuídas para a cultura de produtos alimentares. Em algumas áreas foram estabelecidas cooperativas de produtos com uma quantidade crescente de grãos e sementes, além de ser incrementado o comércio. Também foi reorganizada a produção de borracha, cobre, ferro, madeira e prata. Além disso, foi dada especial atenção aos programas sanitário e educacional, este, a partir do Instituto Moçambicano, estabelecido desde 1963 em Dar-es-Salam.

Depois de lutas e mortes, o acordo entre o Estado português e a Frelimo foi celebrado em Lusaka, em 7 de setembro de 1974. E em 25 de setembro de 1975, tornou-se realidade a independência em Moçambique, "tanto quanto poderia ser real a dos países africanos"

(HERNANDEZ, 2008, p. 608). Por volta de 1977, a Frelimo deixou de ser apenas uma organização que lutou para a libertação daquele território e se tornou um partido com prevalência para traçar as diretrizes de um novo Estado, assim como para canalizar a mobilização da sociedade.

Portanto, vemos que a colonização portuguesa na África e em Moçambique caracterizou-se pela violência física e cultural empregada contra os nativos, que eram vistos como seres inferiores e submetidos ao trabalho forçado e ao abandono de suas tradições culturais, como métodos para a superação de sua condição "inferior" e imposição do estilo de vida português. Igualmente difícil foi o processo de independência política, durante o qual aconteceram vários confrontos e a formação de grupos de guerrilha, o que não cessou após o 7 de setembro de 1974, já que o país enfrentou, depois disso, uma grave e duradoura guerra civil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conto "Os mastros do Paralém" faz parte de uma obra maior do autor Mia Couto: o livro *Cada homem é uma raça*, que contém ao todo 11 estórias e foi publicado em 1990. Ao longo de todos os contos, o leitor é confrontado com diversos sentimentos e situações que procuram (re)escrever na ficção a real vivência do povo moçambicano: a dor, o pesadelo, a injustiça, a miséria, a fome, a escravidão etc. No conto que será aqui analisado, perceberemos a existência de símbolos que remetem ao período (pós-)colonial de Moçambique e buscaremos explicar seus significados dentro desse contexto.

No título, "Os mastros do Paralém", a palavra "Paralém" é criada a partir da composição por aglutinação de dois vocábulos: a preposição (para) e o advérbio (além), o que faz com que esse lugar adquira um caráter mítico, de sonho, de felicidade, uma espécie de paraíso. Bidinoto (2004, p. 87) diz que: "A polissemia do vocábulo permite que ele seja interpretado, ao mesmo tempo, em termos concretos, como espaço adiante do monte; em uma perspectiva metafísica, como o outro lado da existência; além do significado mítico, de lugar paradisíaco."

O conto inicia-se com a seguinte epígrafe: "Só um mundo novo nós queremos: o que tenha tudo de novo e nada de mundo." (COUTO, 1990, p. 104). Sabendo da história de Moçambique, conhecendo o seu processo de colonização e posteriormente de independência, essa epígrafe "simboliza o desejo coletivo de libertação do povo moçambicano, tanto tempo vivendo, em seu lugar, sob o jugo da dominação estrangeira. [...] A vontade de mudança é a expressão de uma coletividade." (BIDINOTO, 2004, p. 87). Assim, é perceptível que o espaço da representação ficcional é o território de Moçambique antes de sua independência, mais especificamente no período colonial.

A estória trata de um homem viúvo, Constante Bene, que morava com seus dois filhos, Chiquinha e João Respectivo, na propriedade de um colono e lá trabalhava. O próprio nome da personagem central da estória, Constante Bene, já nos mostra certa comodidade e conformidade com a situação que o cerca. Ou seja, não lhe é algo inquietante morar com o colono e trabalhar para ele que, nesse caso, representa a figura do colonizador português na África.

Constante Bene morava com sua família, seus dois filhos, "entre laranjeiras, num lugar quase-quase fugido da terra. Ali, no cimo da montanha, o chão se comportava, direito e bom." (COUTO, 1990, p. 104). Nesse local, havia uma montanha da qual ele não conhecia o que

havia além. No plano simbólico, a transposição de tal montanha (espaço sagrado) poderia representar a libertação, fuga do massacre português presente na propriedade do colono (espaço terreno); um sonho contrastante com a realidade vivida por ele, como pode ser percebido com a leitura deste trecho do conto:

> […] Falava-se muita lenda da outra encosta do monte. Parece nessoutro lugar nunca os colonos haviam pisado. Quem sabe lá a terra restava com suas cores indígenas, seu perfume de outrora? Quem sabe aquelas paragens fossem propensas apenas à felicidade?
>
> Esse lugar: Bene chamava-lhe o Paralém. (COUTO, 1990, p. 105).

Certo dia, quando as chuvas cessaram, Constante Bene e seus filhos avistaram um mulato por aquelas terras e ficaram desconfiados a respeito de quem ele poderia ser.

> Naquele pesadelo, o guarda se sentiu derradeiro. Assim ele viu: o mulato era um mussodja (Mussodja – soldado, guerrilheiro) e caminhava, por entre o pomar, com sua farda guerrilheira. Mas, de espanto: ele [o mulato] tocava as laranjas e elas se acendiam, em chamas redondas. O laranjal parecia era uma plantação de xipefos. (COUTO, 1990, p. 108)

O mulato se instalou numa gruta da montanha e passou habitar por lá até que Chiquinha um dia chegou em casa grávida. Seu pai suspeitou que ela andasse tendo um relacionamento com o tal mulato, já que este sabia que quase todos os dias ela e seu irmão subiam o monte e ficavam a espreitá-lo entre as pedras do cume. Pensando assim, Constante foi tentar matá-lo, mas não obteve sucesso, e o mulato acabou fugindo para outro lugar.

A figura do mulato traz à tona a questão da miscigenação das raças dos povos no território moçambicano, a qual começou quando chegaram os portugueses e iniciaram o processo de mudança dos costumes dos nativos. O mulato assume os ideais da causa revolucionária e vai ser o personagem que influenciará na mudança de conduta de Constante Bene, a princípio temeroso sobre quem era e o que pretendia o mulato.

A gravidez de Chiquinha causou muito espanto em Constante. Ele, achando que o pai do bebê era o tal mulato, tentou matá-lo por ter tirado a honra de sua filha. Porém, teve uma surpresa quando seu filho, João Respectivo, revelou-lhe que o verdadeiro pai da criança era o colono, o mezungo. O pai sentiu um profundo desgosto nesse momento, e a única coisa que lhe dava esperança era uma bandeira que ele tinha achado na mochila do mulato, pois, quando foi tentar assassiná-lo, encontrou tal objeto entre seus pertences. Essa bandeira terá uma importância e uma simbologia muito grande no final do conto, quando será novamente mencionada.

Completamente transtornado com a situação de sua filha, Constante Bene, segundo Bidinoto (2004), esquece seu servilismo ao colono e adota uma postura desafiadora. É nesse momento de mudança de personalidade e de ideais que ele toma conhecimento de suas possibilidades e realiza um ato de rebeldia de grandes proporções, que representa, no plano simbólico, a revolta do povo contra a colonização.

> Foi quando ouviram as medonhas crepitâncias. Olharam o vale, parecia um fogo suspenso, chamas voantes que nem necessitavam de

> terra para acontecer. Só depois, eles entenderam: o completo pomar ardia. Então, sobre o horizonte todo vermelho, os dois irmãos viram, no mastro da administração, se erguer uma bandeira. Flor da plantação de fogo, o pano fugia da sua própria imagem. Pensando ser do fumo, os meninos enxugaram os olhos. Mas a bandeira se confirmava, em prodígio de estrela, mostrando que o destino de um sol é nunca ser olhado. (COUTO, 1990, p.117)

No fragmento acima, notamos o momento de libertação efetiva do povo moçambicano de forma simbólica na estória. A plantação do colono incendiada por Constante Bene marca o fim daquele período de submissão e massacre e chegada de um novo tempo. Tal ato foi praticado como forma de vingança por todo o mal que o mezungo havia praticado contra Bene e sua família, que logo após isso se mudaram para o lugar tão sonhado, o outro lado do monte. Nesse caso, a bandeira é mais um símbolo criado por Mia Couto e representa os novos valores a serem colocados no lugar dos antigos, os valores almejados pelos autóctones e não os impostos pelos colonizadores. E a palavra "sol" surge como uma metáfora para o período novo e iluminado do pós-independência. O que antes era apenas uma utopia torna-se realidade para aquele povo.

Mia Couto foi um autor que em sua obra *Cada homem é uma raça* procurou mesclar a história com a estória e condensou seus resultados nesse livro. São nítidos os traços do processo de independência de sua terra, Moçambique, em suas obras, principalmente neste conto aqui analisado, e seu sentimento de nacionalidade é realçado no momento em que ele contribui para transmitir esses episódios ao seu povo.

6. CONCLUSÕES

O trabalho procurou apontar e explicar uma estreita relação entre a literatura e a história moçambicana na obra *Cada homem é uma raça*, de Mia Couto. Nosso estudo está filiado a uma pesquisa ainda em andamento, intitulada "Literatura e história em contos de *Cada homem é uma raça* de Mia Couto". No entanto, a análise tecida até o momento já nos permite construir interpretações que explicitam como questões da história de Moçambique permeiam a construção do universo ficcional do conto "Os mastros do Paralém".

Conhecemos, na fundamentação teórica, um pouco da história africana, mais particularmente de Moçambique no período antes da independência, e tomamos conhecimento de como a literatura e a história moçambicanas estão intimamente ligadas. Esse arcabouço teórico permitiu-nos perceber os símbolos existentes em "Os mastros do Paralém", que são dotados de uma significação de denúncia dos problemas sociais, como: o colono que representa a figura do colonizador português; os nativos que simbolizam o povo moçambicano; a exploração que estes sofrem como a opressão do regime colonial; o incêndio e a bandeira que significam a renovação dos valores; a montanha simbolizando um lugar paradisíaco e sagrado, entre outros.

Desse modo, este trabalho nos proporcionou momentos de profunda reflexão sobre um autor e uma obra de grande relevância no contexto da história, cultura e literatura africana de língua portuguesa. Tais reflexões não deixam de ser o estudo da história de povos que são também formadores de nossa identidade e de textos literários que compõem nossa literatura de expressão portuguesa.

REFERÊNCIAS

BENITO, A. B. G. (Re)Escrever a história através da estória: paulina Chiziane, Mia Couto, Ungulani Ba Ka Khosa. **Limite:** revista de estudios portugueses y de lalusofonía, Extremadura, v. 2, n. 2, p. 231-254, 2008. Disponível em: <http://www.revistalimite.es/volumen%202/limite2%20-%2011%20-%20garciabenito.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2012.

BIDINOTO, A. M. **História e mito em *Cada homem é uma raça*, de Mia Couto.** 2004. 145 f. Dissertação (Mestrado em Letras)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2004. Disponível em:<http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=198 >. Acesso em: 20 fev. 2012.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula:** visita à história contemporânea. 3 ed. São Paulo: Selo Negro, 2008. Cap. 13, p. 501-610.

MIRANDA, M. G. de. Literaturas angolana e moçambicana: espelho da resistência e da disposição de construir um novo tempo. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 50-57, fev. 2009. Disponível em: <http://www.unisuam.edu.br/augustus/pdf/rev_augustus_ed%2027_05.pdf >. Acesso em: 20 fev. 2012.